

## A REAFIRMAÇÃO DA MASCULINIDADE DURANTE O REGIME MILITAR NO BRASIL - 1960-80

Rafael Gonçalves de Araújo; Josinete Lopes de Souza

*Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: boanoiterafa@gmail.com; Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: jlopes2015@bol.com.br*

**RESUMO:** Esse texto faz parte do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História da Universidade Regional do Cariri - URCA, intitulado “O discurso heteronormativo nas cartilhas escolares utilizadas durante os anos de 1960 a 1980 no Brasil”. A ideia desse artigo é buscar entender, através de uma discussão de gênero, as representações que fundamentam e reafirmam um ideal de masculinidade performado pelos líderes do governo militar no Brasil como resposta a uma espécie de feminização da sociedade. Iremos analisar também o intuito desse governo em fortalecer as diferenças entre o masculino e o feminino em prol de estabelecer uma determinada ordem sexual na sociedade, além dos processos de “desvirilização social” em que o país passa durante a virada dos séculos XIX e XX, acentuando-se ao longo do século XX.

**Palavras Chave:** Masculinidade, Regime Militar, Gênero, Feminização, Heteronormatividade.

### INTRODUÇÃO

Faremos aqui uma reflexão que tem como intuito discutir a questão sobre até que ponto o golpe militar no Brasil em 1964, promove uma reafirmação da masculinidade como resposta ao processo de feminização da sociedade que ocorre na virada dos séculos XIX e XX e decorrer do século XX. A princípio, iremos abordar a ideia de que o governo militar tinha como alvo intensificar uma espécie de polarização social na perspectiva de gênero, problematizando qual a intenção desse governo, que visava estabelecer uma ordem na sociedade atribuindo, assim, papéis específicos aos gêneros masculino e feminino.

Em seguida, iremos complexificar as questões da masculinidade, tentando entendê-las como uma formação ideológica e cultural, associando sempre, com o perfil do “ser homem” que era projetado nos líderes do governo militar Brasileiro que vigorou durante os anos de 1960 à 1980.

Por fim, vamos abordar quais as mudanças sociais que caracterizam uma espécie de feminização da sociedade brasileira durante o final do século XIX e decorrer do século XX, quais seriam os avanços em relação às questões de gênero, quais elementos estabeleceram um processo de “desvirilização social”, tentando analisar como o golpe militar pode ser compreendido como uma resposta de reafirmação da masculinidade a esse processo, além disso, buscaremos entender também o lado moralizador e repressivo do regime militar diante

das outras expressões da sexualidade além da heterossexual.

## RESULTADOS E DISCUSSAO

Para evocar numa discussão sobre as questões gênero levando em consideração o contexto histórico dos anos de 1960 a 1980 no Brasil, se faz necessário abordar a figura máscula e viril do homem militar, projetado durante o governo totalitário que começa a atuar no país a partir do ano de 1964. Trata-se de um modelo de masculinidade que era delineado na figura dos governantes desse período, caracterizado pela maneira grosseira de atuação e a forma violenta de administrar as situações conflituosas da época no país.

O final do século XIX, começo e decorrer do século XX é marcado pela luta feminina e movimento das mulheres no mundo, cujo intuito era buscar uma igualdade de gênero perante às questões sociais. Porém, sabe-se que desde o início do movimento feminista a sociedade, e sobretudo os homens, que sempre estiveram a frente dessas questões pertinentes, viam isso como uma afronta à ordem social, ordem essa que era conservadora e que colocava as mulheres em segundo plano. Maria Amélia Teles em *Breve história do feminismo no Brasil* (1999, p. 42), destaca que as mulheres na Primeira República “Lutavam Juntamente com os homens, embora suas conquistas fossem sempre menores”. Ao longo do século XX, o protagonismo feminino e a luta pelos mesmos direitos que o gênero masculino vão se acentuado, desde a União Feminina criada em 1934 até o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora em 1963 no qual “foi defendido salário igual para trabalho igual” (TELES, 1999, p. 51). Causava-se, assim, uma espécie de “desordem” perante a hierarquia de gênero que colocava o homem como elemento

Com isso, entenderemos a partir daqui o quão era necessário para esse governo militar salientar a heterossexualidade como expressão da sexualidade vigente, intensificar a diferença entre os gêneros e seus papéis atribuídos socialmente a partir do ano de 1964 no Brasil, exaltando sempre, a figura do homem como um ser superior e dominador, único e capaz de tomar decisões “coerentes” para a então conjuntura social, política e econômica do período, enquanto à mulher restaria o papel de provedora do lar e dos afazeres domésticos, possuindo como característica principal a submissão a esse homem. Interpretamos com isso, que a partir dessas divisões sociais, era estabelecida uma ordem encarregavam de determinadas

consequente de uma lógica pré-estabelecida na conjuntura social. De acordo com o sociólogo francês Pierre Bourdieu, é através da forma anatômica dos corpos feminino e masculino que essa ordem se estabelece:

“A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos(...). A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.” (BOURDIEU, 2012, p. 18, 20)

É a diferença biológica entre os corpos do macho e da fêmea, mais precisamente do aparelho genital, que caracteriza e define a ordem social, polariza e atribui, assim, tarefas a ambos os gêneros, demonstrando de certa forma uma visão androcêntrica e patriarcal, sempre apoiada e naturalizada por toda uma conjuntura de simbolismos que legitimava a forma de pensar e agir da sociedade brasileira antes e durante os anos 60 a 80 do século XX. Em um contexto mais amplo, percebemos que essa diferença entre homem e mulher serve como base para a manutenção da ordem social das gerações seguintes, por exemplo: antes mesmo de um(a) bebê nascer, seu pai e sua mãe já estabelecem os padrões apoiados ao gênero que são definidos a partir do momento em que descobrem qual a forma do seu órgão genital. Sendo assim, o psicólogo Sócrates Nolasco (1993, p. 41) afirma que “as diferenças sexuais são percebidas como referências estruturais para a identidade dos indivíduos”. No caso dos meninos, eles são orientados desde o nascimento a seguirem determinados tipos de comportamentos que o condicionam a um modelo normativo de como um homem/macho deve agir. O autor segue dizendo que “o cotidiano dos meninos está permeado de observações tais como: “isso é brinquedo de menina”, “menino não chora”, “menino não abraça nem beija outro menino, só os maricas” (NOLASCO, 1993, p. 42). Aparenta-se com isso, que a masculinidade se torna frágil a partir do momento em que o indivíduo não assume a postura delineadamente atribuída ao “ser macho”.

As figuras masculinas que estiveram à frente do governo, durante a ditadura militar no Brasil, representavam esse tipo de performance do “ser homem” e tinham como intuito uma homogeneização da sociedade, tanto na forma de pensar, quanto na forma de agir, utilizando como referencial, os exemplos de comportamento pré-estabelecidos. Essa estrutura de comportamento segue a ideia do homem “sem sentimentos” que caracteriza o padrão militar atribuído aos indivíduos que o incorporam. Nolasco segue dizendo que:

“Quando um menino nasce, o modelo de comportamento do macho é a sua referência. Este processo começa com mecanismos de negação e desvalorização de toda e qualquer demanda afetiva que porventura um menino tenha. Em contrapartida, a valorização de respostas objetivas diante da vida faz com que ele aprenda como deve colocar-se diante das exigências sociais, mantendo frente a elas uma atitude de senhorilidade e força. (...) A educação de um menino, tal concebida por nossa cultura, desenvolve-se valorizando mais o esfacelamento das características emotivas da dinâmica subjetiva da criança do que propriamente um modelo de homem que transcenda as fronteiras de seu sexo e do isso que deve fazer do mesmo.(...) Uma educação que se apoia em estratégias voltadas para o aniquilamento da infância, com a negação de todas as dimensões inerentes a ela, propicia a violência e a tirania, que muitos homens incorporam como, talvez, a única possibilidade de expressarem uma parte dilacerada de suas vidas.” (NOLASCO, 1993, p. 47, 48)

Podemos dizer então, que essa era a forma repleta de normatividades, com que muitos pais educavam seus filhos pois era a representação, em boa parte dos casos, do “ser homem” antes e durante o período histórico recortado. Os militares que estavam no poder durante os anos 1960-80 reforçavam esse padrão servindo assim, como uma referência de performance e atuação masculina, ou seja, como eles deveriam agir perante o meio social.

Não generalizando e afirmando que todos os homens agissem de determinada maneira, mas através de elementos que eram comuns e conveniente a cada indivíduo, esses homens, de alguma forma, incorporavam o modelo vigente de masculinidade. Nolasco diz que “a relação entre os homens se funda na busca de identificações, não com as singularidades inerentes a cada um, mas com o que neles há de comum com o modelo masculino socialmente definido” (NOLASCO, 1993, p. 58).

Nolasco segue situando que, no decorrer da vida dos indivíduos do gênero masculino, os elementos que eles atribuem e incorporam para a construção de sua masculinidade no âmbito do trabalho fazem com que esses criem um “olhar institucionalizado”, ou seja, “eles perfilarão e procurarão, cada vez mais, seguir o que a norma social define” (NOLASCO, 1993, p. 59). Seguindo essa lógica, o autor observa

que boa parte dos homens que ocupam posições de comando em instituições de cunho religioso, militar, empresarial e político, demonstra que:

“1. as relações de poder nestas instituições servem a praticas que mantem vivas as necessidades de um pequeno grupo à revelia das necessidades individuais de todos os demais; 2. O cotidiano destas instituições é marcado pela especulação sobre o nível de adesão de cada um dos individuos aos credos proferidos por elas (quando somos transferidos para outro país, primeiros somos um representante da nossa organização, depois brasileiro, frances, belga etc.”; 3. Estabelecem formas de premiação e castigo para aqueles que se revelam submetidos e em oposição, respectivamente, às praticas vigentes; 4. seus mecanismos procuram fazer com que o proprio individuo incorpore e queira sua submissão, face à permanencia da ambição e do desejo de prestígio, e também interiorize o que oprime e pressiona a distanciar-se de si.” (NOLASCO, 1993, p. 59, 60)

Com isso o autor explica que o trabalho para o homem retrata uma prática tanto de rigidez quanto de tensão – através da competitividade e do desejo de serem reconhecidos como os primeiros - e isso se reflete na maneira como esses homens exercem o poder, adotando assim, posturas agressivas, violentas e fazendo com que os mesmos sejam pivores da exigências necessárias de sua ambição ao se submeterem à reprodução dos valores no qual eles estão inseridos.

A postura agressiva é uma característica dos líderes da ditadura militar no Brasil, mesmo que eles não fossem pessoas agressivas em outros ambientes, mas no trabalho, essa era a maneira de lidar com as adversidades do governo vigente. Mais do que isso, esses elementos do cotidiano na vida adulta de um indivíduo do gênero masculino, fazem com que ele seja um vigia de si mesmo, assumindo assim, uma vida recorrente e ao mesmo tempo permeada por elementos que caracterizam o ser macho na sociedade.

Seria cabível dizer que o “ser homem” é um elemento frágil pois a partir do momento em que esse homem foge dos padrões impostos “ao ser homem” ele é discriminado, entendemos que isso é uma espécie de normatividade que jamais pode entrar em conflito. A filósofa francesa Elisabeth Badinter em seu livro *XY: Sobre a identidade masculina* traz essa discussão sobre essa necessidade em que os homens tem de se encaixar nos padrões heteronormativos para afirmarem a sua masculinidade, ela aponta algumas possíveis crises da masculinidade ao longo da história. Em alguns países da Europa, especificamente, na virada dos séculos XIX e XX, “essa crise concerne tanto à Europa como aos Estados Unidos da América”. Badinter (1993, p. 15.) segue

afirmando que “todos esses países atravessaram perturbações econômicas e sociais semelhantes, decorrentes das novas exigências da industrialização e da democracia”. Assim como no Brasil, algumas dessas modificações sociais, políticas econômicas ocorreram durante a virada desses séculos. A filósofa segue destacando o protagonismo feminino que começa a ser perceptível, ganhando notoriedade na sociedade:

No espaço de algumas gerações, 1871-1914, surge um novo tipo de mulher, ameaçando as fronteiras sexuais impostas. Graças à ideologia republicana, a educação das meninas torna-se realidade. A universidade lhes cede um lugar em salas de aula. Elas se tornam professoras, médicas, advogadas ou jornalistas. Reclamam seus direitos de cidadãs por inteiro, pretendem ganhar a vida fora do lar e já anunciam: “Para trabalho igual, salário igual.” A maioria dos homens reage com hostilidade ao movimento de emancipação das mulheres”. (BADINTER, 1993, p. 15)

As mulheres nesse dado período começam a cobrar seus direitos perante à sociedade que, até então, era dominada e conduzida pelos homens. O advento da República seria, de certa forma, uma espécie de “feminização” da sociedade, pois a partir dos ideais republicanos, as mulheres começaram ganhar vez e voz no meio social, inclusive nas produções acadêmicas que até então era dominadas por figuras do gênero masculino. Era como se a performance do “ser homem” estivessem perdendo o prestígio para as atuações femininas que começavam a ganhar notoriedade no âmbito social durante a virada dos séculos XIX e XX. Mais do que isso, na primeira metade do século XX, os papéis que eram atribuídos aos gêneros, pela lógica patriarcal, estavam começando a desnaturalizar-se e modificando-se de forma lenta e gradativa, provando que isso era parte de um construto social. No texto de Durval Albuquerque Júnior intitulado *Nordestino: invenção do “falo”* (2013), o autor destaca as mudanças sociais ocorridas no Brasil que eram vistas como um elemento de feminização social e esclarece que “Estas mudanças de lugares sociais atribuídos a homens e mulheres, explicitam, inclusive, que estes lugares não são definidos pela natureza e sim pela cultura” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 17). Assim, a cultura estava ganhando novos contornos que inseriam a performance feminina no âmbito social, econômico e político e esse nivelamento é um dos elementos que o autor atribui como processo de “feminização da sociedade brasileira”, que no início da primeira República estava passando por mudanças significativas e provando que a cultura androcêntrica e patriarcal estava se desnaturalizando.

Outros elementos são ressaltados pelo autor para demonstrar essa idéia de feminização durante o fim do século XIX e começo do

século XX, por exemplo: as mulheres procuraram ocupar outros espaços, até então, inimagináveis e atribuídos apenas ao gênero masculino. O autor cita a entrada das mulheres nas competições esportivas, que até então, era prática restrita apenas aos homens; o bacharelismo masculino que também é um elemento de desvirilização social, pois os homens na sociedade patriarcal “não gostavam de livros”; o casamento romântico também foi visto pelo autor como elemento desvirilizador pois dava maior destaque aos sentimentos e afeições de cada casal, por conseguinte, a família que ali era gerada, não era fruto apenas dos interesses econômicos e políticos das famílias.

Albuquerque Jr. vai dando notoriedade aos outros elementos que tornam essa sociedade “delicada”, ele grifa que, na medida do processo de socialização nos centros urbanos, ocorrendo em constante crescimento, os cuidados pessoais de higiene e limpeza tiveram um certo realce por conta do discurso médico-higienista e que a forma de se vestir, tanto das mulheres e, em especial dos homens, ganhava uma espécie de refinamento e elegância.

“Percebe-se um apuro crescente no traje, nos calçados, dando margem a uma elegância que, aristocraticamente europeia no começo, vai sendo impactada pelos modismos americanos, do começo do século XX, moda que, a partir da Primeira Guerra, parece caminhar para uma androginia, o que muito incomodava os intelectuais ligados a esta elite, que consideravam as formas de se vestir e se comportar importantes marcadores, não só de distinção social, mas de distinção entre o masculino e o feminino.” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 45),

Esse destaque para os cuidados pessoais e a moda no começo do século XX, como diz Albuquerque Jr. (2013, p. 41), “expressaria claramente esta subversão das fronteiras entre os sexos”, fazendo com que muitos elementos ditos masculinos ou femininos comessem a ganhar uma nova ressignificação graças a essa moda e às práticas frequentes de higiene pessoal.

Entendemos com isso que a virada dos séculos XIX e XX foi de grande importância para as questões de gênero e comportamento da sociedade brasileira pois, o que era tido como um elemento naturalizado dos comportamentos, a partir desse momento, começava ganhar uma ressignificação para suprir as novas demandas sociais.

No decorrer do século XX o planeta passaria por uma série de conflitos que, de algum modo, traumatizariam sua população, dois

desses principais conflitos seriam a Primeira e Segunda Guerra Mundial. Já na América do Sul, na segunda metade do século XX e logo após esses eventos traumatizantes, uma série de regimes autoritários começam a emergir de maneira intensa. Esses governos ditatoriais tinham como intuito reprimir e silenciar alguns movimentos sociais que ganharam força ao longo do século, inclusive os movimentos feministas que deram vez e voz ao protagonismo da mulher no meio social. De acordo com Osvaldo Coggiola (2001, p. 11) “Em meados da década de 1960, três golpes militares de significativa importância mudaram a história da América do Sul”, entre o do Brasil, e todos esses com influência norte-americana e o discurso proferido de combater o comunismo e suas práticas.

Tendo o homem militar como protagonista, esses regimes tirânicos podem ser compreendidos como uma reafirmação ou fortalecimento da identidade masculina que tinha perdido sua relevância por conta dos processos de modificações sociais que eram percebidos como elemento de desvirilização. Nesse caso, entendemos como uma necessidade do homem, quando se sente ameaçado de alguma forma, a reafirmação da sua masculinidade e virilidade. Nesse aspecto, Bourdieu afirma que:

O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade. A exaltação dos valores masculinos tem sua contrapartida tenebrosa nos medos e nas angústias que a feminilidade suscita: fracas e princípios de fraqueza enquanto encarnações da vulnerabilidade da honra. (BOURDIEU, 2012, p. 64)

No Brasil, o golpe militar entra em vigor a partir do ano de 1964 e se estende até meados dos anos 1980, tendo como discurso proferido pelos seus líderes, uma ameaça comunista no país. Entenderemos que, a partir desse momento, era cabível para o governo dirigido pelos militares a reafirmação de uma espécie de normatividade da sociedade, caracterizada pela “ordem social” que se estabelece a partir dessas questões de gênero. Mais do que isso, era extremamente conveniente uma reafirmação de determinados valores em detrimento de outros e sobretudo das características masculinas e heterossexistas, pois essas, ao longo do século, estavam perdendo espaço para as novas exigências sociais. De acordo com Maria José de Rezende:



A articulação da autoridade a partir do movimento militar de 1964 passava, assim, pela formulação de um sistema de valores e idéias sobre uma suposta intenção democratizante que aparentemente revestia todas as ações e medidas postas em prática naquele momento. Buscando reconhecimento a seus valores, o regime empenhava-se em acentuar a sua disposição em proteger e desenvolver os valores relacionados à família, à escola, à propriedade, dentre outros. (REZENDE, 2013, p. 38)

A escola, por sua vez, seria a principal instituição que deveria repassar esses valores heteronormativos, a partir do momento em que a função dessa é educar e formar. O Estado como sendo o provedor da educação pública, tinha total interesse no cidadão em que ele ia formar, salientando sempre a heterossexualidade, a divisão social de gênero e atribuindo assim, os valores tradicionais em relação ao ser homem e ao ser mulher.

Alguns estudos, que mostram a face moralista do governo militar perante a diversidade sexual na sociedade da época, apontam que a heterossexualidade era tida como uma norma que deveria ser aplicado a todas e todos, sendo assim, Adriane Piovezan e Antonio Fontoura (2015) abordam esse lado moralista dos militares em 1964 no Brasil e explicam que “concepções moralizantes impactavam as análises feitas pela Censura sobre a divulgação midiática de revistas e de livros”, mais do que isso, “tratava-se da imposição estatal de determinada idéia de família e sexualidade” (2015, p. 4). Os autores abordam o trabalho de Cassandra Rios que foi uma escritora paulista do período referente à ditadura militar, ela tratava de temas relativos ao erotismo e a homossexualidade feminina, com isso Piovezan e Fontoura explicam que:

O moralismo do regime militar, suportado pelo pensamento conservador de parte da sociedade do período, buscava a exclusão de um tipo específico da orientação sexual bem como um tipo particular de corporalidade – o corpo lésbico – por não apenas confrontar, mas, inclusive, ameaçar um modelo de sexualidade considerada ideal para os cidadãos. (PIOVEZAN, A; FONTOURA, A; 2015, p. 3)

Os estudos que analisam a face moralista do governo militar e as práticas de censura diante as obras de literatura, como no caso de Cassandra Rios, entre outras que não foram aqui citadas, mostram uma severa normatividade perante as demonstrações e manifestações da sexualidade que não fosse a heterossexual,

mais do que isso, o governo militar tomou o cuidado em promover uma exaltação entre o ser feminino e o ser masculino, legitimando as práticas heterossexistas e reafirmando o “poder” da masculinidade e do patriarcado.

## **CONCLUSÃO**

As figuras masculinas que se destacaram no governo militar proferiam um discurso agradável de ordem e progresso, mas sabe-se que em todo e qualquer regime totalitário há repressão e censura perante tudo o que saia da ordem que o próprio governo estabelece e que é visto como ameaça. No caso do governo militar, os movimentos feministas, movimento comunista, movimento homossexual, o movimento estudantil brasileiro, e por fim os movimentos negro e indígena eram tidos como ameaça ao poder vigente que duraria cerca de 21 anos no Brasil. Entende-se também que vivemos em uma sociedade plural e miscigenada e que todos merecem ter vez e voz e serem respeitados por ser o que são.

Sendo assim percebemos que o final do século XIX, começo e decorrer do século XX é um período de várias mudanças sociais e por que não dizer de quebra de valores que até então eram tidos como uma ordem natural. A reafirmação da masculinidade a partir do regime militar brasileiro pode ser compreendida como uma resposta a essa quebra de valores ou como um elemento de reafirmação do poder masculino perante a sociedade que estava em constante processo de mudanças.

Para finalizar, avaliamos que o governo militar tinha um total interesse em homogeneizar a sociedade por uma ação acima de tudo ideológica, e que a educação de certa forma foi um dos caminhos para acentuar ainda mais os valores que já eram presentes na sociedade brasileira desde muito tempo.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2ª.ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Trad. de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

COGGIOLA, Oswaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

NOLASCO, Sócrates Alvares. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PIOVEZAN, A; FONTOURA, A. **Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civilmilitar e a literatura de Cassandra Rios**. In: VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7. Maringá, 2015. p. 1; 11.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.